

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Kirton Vida e Previdência S.A. (atual denominação da HSBC Vida e Previdência (Brasil) S.A.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Independentes.

Mercado
De acordo com as informações divulgadas pela SUSEP, data base de novembro de 2016, o mercado de Previdência Complementar Aberta em termos de contribuições cresceu 17,9% no ano de 2016 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Resultados do Exercício
O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da Kirton Vida e Previdência S.A. foi de R\$ 54,6 milhões (R\$ 66,5 milhões no exercício de 2015), representando uma rentabilidade de 16,86%, calculada sobre o Patrimônio Líquido Médio.

As receitas de Contribuições de Plano de Aposentadoria, Pensão Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram no exercício de 2016 R\$ 50,6 milhões (R\$ 59,7 milhões no exercício de 2015). O volume de prêmios de seguros de Pessoas foi de R\$ 24,6 milhões (R\$ 30,9 milhões no exercício de 2015).

As Provisões Técnicas cresceram 8,7%, somando R\$ 13.872,1 milhões (R\$ 12.766,7 milhões em dezembro de 2015), e as aplicações financeiras 9,1%, atingindo R\$ 14.315,2 (R\$ 13.126,5 milhões em dezembro de 2015).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da Kirton Vida e Previdência S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelo acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Eventos Societários
Em 8 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A.. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Sociedade integrou o Grupo HSBC no Brasil até 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016, com a transferência de controle efetivo, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 1º de julho de 2016, foi deliberada a reformulação do Estatuto Social, adaptando-o aos das demais empresas do Grupo Bradesco, destacando-se a alteração da razão social para Kirton Vida e Previdência S.A., a nova composição, estrutura e competência da Administração da Companhia, a qual foi aprovada em 26 de agosto de 2016 pela Portaria SUSEP nº 69/2016, divulgada no Diário Oficial da União em 2 de setembro de 2016.

Investimentos
De acordo com o disposto nas normas em vigor, a Kirton Vida e Previdência S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez
O Grupo Bradesco, do qual a Kirton Vida e Previdência S.A. faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos com estrutura operacional especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura da Organização Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o acurramento de gestão de riscos e capital, nos vários níveis de atuação nas empresas do Grupo Bradesco, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos. Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 32/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016). E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa
Com a finalidade de preservar e otimizar o valor a longo prazo, a Kirton Vida e Previdência S.A. possui uma estrutura de governança corporativa, pautada nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas. Busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão, contribuindo para a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento e de controles, sempre levando em conta o arcabouço regulatório (compulsório e facultativo).

Fundamentado nessas premissas e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica e tomada de decisões, a Companhia possui estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. Nessa linha, a Companhia possui canal de comunicação, para acolher informações sobre violações aos princípios contidos nos procedimentos e normas internas, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e reclarificação de conduta cotidianas dos profissionais que integram a empresa. Adicionalmente, conta com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações que são tratadas com confidencialidade.

Controles Internos e Compliance
Com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Kirton Vida e Previdência avalia e aperfeiçoa constantemente os instrumentos que integram o Sistema de Controles Internos da Companhia. Os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência executados para aferir a efetividade dos controles existentes.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos e de autorregulação aplicáveis. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, a Kirton Vida e Previdência monitora, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos Reguladores, informa as áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo
A Kirton Vida e Previdência, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando, com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reinforcando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Destaca-se o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude
A Kirton Vida e Previdência, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, tais como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentem indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios
A Kirton Vida e Previdência, com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para o relacionamento e atendimento aos clientes, fortaleceu as estratégias do Plano de Continuidade de Negócios (PCN), com planejamento e testes estabelecidos, que podem ser ativados quando da ocorrência de um evento, que interrompa a continuidade das operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas.

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Kirton Vida e Previdência. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nesta linha, são analisadas normas e regulamentos de caráter interno e externo que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos
Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2017.
Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	1º/01/2015	Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	1º/01/2015
			Reapresentado	Reapresentado				Reapresentado	Reapresentado
Ativo circulante		13.499.053	12.334.745	12.752.980	Passivo circulante		188.086	112.400	91.309
Disponível		4.798	9.023	5.670	Contas a pagar		35.072	39.141	20.557
Caixa e bancos		4.798	9.023	5.670	Obrigações a pagar	9	14.194	19.764	4.166
Aplicações	4	13.449.075	12.292.157	12.719.610	Impostos e encargos sociais a recolher		9.379	7.988	1.120
Créditos das operações com previdência complementar		-	1.418	212	Encargos trabalhistas		2.284	709	1.189
Valores a receber		-	1.418	212	Impostos e contribuições	10	7.944	6.042	6.686
Outros Créditos Operacionais		8.561	-	-	Outras contas a pagar	11	1.271	4.737	7.396
Ativos de resseguro e retrocessão		2.019	1.235	1.665	Débitos das operações com previdência complementar		1.323	443	401
Títulos e créditos a receber		30.514	27.074	19.033	Contribuições a resgatar		655	-	459
Títulos e créditos a receber	5	19.201	15.437	17.005	Débitos de resseguros		543	399	-
Créditos tributários e previdenciários	6	11.313	11.625	1.894	Outros débitos operacionais		125	44	42
Outros créditos		-	12	134	Depósitos de terceiros	7	75.843	677	1.544
Despesas antecipadas		-	-	7	Provisões técnicas - seguros	12a	9.516	6.776	6.705
Custos de aquisição diferidos		4.086	3.838	6.783	Pessoas		3.786	2.861	4.174
Seguros	12a, e	1.803	1.893	4.380	Vida com cobertura de sobrevivência	12d	5.730	3.915	2.531
Previdência complementar	13 c	2.283	1.945	2.403	Provisões técnicas - previdência complementar	13a	66.332	65.365	62.052
Ativo não circulante		913.436	884.609	673.680	Planos não bloqueados		19.940	24.471	24.690
Realizável a Longo Prazo		913.281	884.609	673.667	PGBL		46.392	40.894	37.362
Aplicações	4	866.147	834.393	601.875	Passivo não circulante		13.882.354	12.733.425	12.997.221
Títulos e créditos a receber		45.291	38.696	48.620	Contas a pagar		1.355	622	618
Créditos tributários e previdenciários	6	17.444	17.497	12.602	Obrigações a pagar	9	1.090	296	283
Depósitos judiciais e fiscais	14 a	27.425	20.162	35.362	Outras contas a pagar		11	265	335
Outros créditos		422	1.037	656	Provisões técnicas - seguros	12a	8.614.570	7.728.718	8.131.275
Custos de aquisição diferidos		1.843	11.517	23.172	Vida com cobertura de sobrevivência	12d	8.614.570	7.728.718	8.131.275
Seguros	12a, e	627	7.574	17.519	Provisões técnicas - previdência complementar	13a	5.181.721	4.965.891	4.831.726
Previdência complementar	13 b	1.216	3.943	5.653	Planos não bloqueados		193.036	91.222	148.727
Imobilizado		155	3	13	PGBL		4.988.685	4.874.669	4.682.999
Bens móveis		155	3	8	Outros débitos		84.708	38.196	33.602
Outras imobilizações		-	-	5	Provisões judiciais	14a, b	84.708	38.196	33.602
Total do ativo		14.412.489	13.219.354	13.426.660	Patrimônio líquido	15	342.049	373.528	338.130
					Capital social		246.512	246.512	246.512
					Reservas de capital		47	47	47
					Reservas de lucros		87.227	139.756	89.035
					Ajustes com títulos e valores mobiliários		8.263	(12.787)	2.536
					Total do passivo e patrimônio líquido		14.412.489	13.219.354	13.426.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Operações de previdência			
Rendas de contribuições e prêmios	16a	1.505.389	1.652.788
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(1.454.771)	(1.593.046)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		50.618	59.742
Rendas com taxa de gestão e outras taxas	16b	155.175	160.616
Varição de outras provisões técnicas		6.413	(205)
Benefícios retidos	16c	(41.291)	(54.756)
Custo de aquisição	16d	(25.582)	(48.402)
Outras receitas e despesas operacionais	16e	(742)	(378)
Operações de seguros			
Contribuições para cobertura de riscos		24.409	30.733
Varições das provisões técnicas de prêmios		180	147
Prêmios ganhos	16a	24.589	30.880
Sinistros ocorridos	16c	(4.897)	(3.609)
Custo de aquisição	16d	(1.205)	(254)
Outras receitas e despesas operacionais	16e	(1.386)	(1.482)
Resultado das operações de resseguro		955	(917)
Despesas administrativas	16f	(77.836)	(62.222)
Despesas com tributos	16g	(18.256)	(15.598)
Resultado financeiro	16h	36.118	48.737
Resultado operacional		102.673	112.152
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		22	40
Resultado antes dos impostos e participações		102.695	112.192
Imposto de renda	16i	(24.738)	(27.483)
Contribuição social	16i	(23.062)	(19.102)
Participações sobre o resultado		(242)	912
Lucro líquido do exercício		54.653	66.519
Quantidade de ações		232.366,173	232.366,173
Lucro líquido por ação - R\$		0,24	0,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	54.653	66.519
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	21.050	(15.323)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	38.272	(27.863)
Efeitos dos impostos e despesas operacionais	(17.222)	12.540
Total do resultado abrangente do exercício	75.703	51.196
Atribuível aos acionistas controladores	50.514	34.161
Atribuível aos acionistas minoritários	25.189	17.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
	Capital	Lucros	Capital	Lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2015	246.512	47	89.035	2.536	-	-	338.130
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(15.323)	-	(15.323)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	66.519	66.519
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	-	-	3.326	-	-	(3.326)	-
Reservas estatutárias	-	-	47.395	-	-	(47.395)	-
Dividendos propostos - acionistas majoritários	-	-	-	-	-	(10.541)	(10.541)
Dividendos propostos - acionistas minoritários	-	-	-	-	-	(5.257)	(5.257)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	246.512	47	139.756	12.540	(12.787)	-	373.528
Saldos em 1º de janeiro de 2016	246.512	47	139.756	(12.787)	-	-	373.528
Reserva de lucros:							
Dividendos pagos - acionistas majoritários	-	-	(62.857)	-	-	-	(62.857)
Dividendos pagos - acionistas minoritários	-	-	(31.345)	-	-	-	(31.345)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	21.050	-	-	21.050
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	54.653	54.653
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	-	-	2.733	-	-	(2.733)	-
Reservas estatutárias	-	-	38.940	-	-	(38.940)	-
Dividendos propostos - acionistas majoritários	-	-	-	-	-	(8.661)	(8.661)
Dividendos propostos - acionistas minoritários	-	-	-	-	-	(4.319)	(4.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	246.512	4					

Circulante.....	12.577.935	(12.486.626)	91.309	12.265.405	(12.153.004)	112.401
Contas a pagar.....	23.182	(2.625)	20.557	39.816	(676)	39.140
Impostos e contribuições (ii).....	9.311	(2.625)	6.686	6.718	(676)	6.042
Outros - contas a pagar.....	13.871	-	13.871	33.098	-	33.098
Provisões técnicas - seguros (iii).....	8.110.943	(8.104.238)	6.705	7.701.427	(7.694.651)	6.776
Pessoas.....	4.174	-	4.174	2.861	-	2.861
Vida com cobertura de sobrevivência.....	8.106.769	(8.104.238)	2.531	7.696.564	(7.694.651)	3.915
Provisões técnicas - previdência complementar (iii).....	4.441.815	(4.379.763)	62.052	4.523.402	(4.457.677)	6.365
Planos não bloqueados.....	101.124	(76.434)	24.690	152.956	(128.485)	24.471
PGBL.....	4.340.691	(4.303.329)	37.362	4.370.086	(4.329.192)	40.894
Outros - passivos circulantes.....	1.995	-	1.995	1.120	-	1.120
Passivo não circulante.....	513.220	(12.484.001)	12.997.221	581.097	(12.152.328)	12.733.425
Provisões técnicas - seguros (iii).....	27.037	8.131.272	8.131.272	34.065	7.694.651	7.728.716
Vida com cobertura de sobrevivência.....	27.037	8.104.238	8.131.272	34.065	7.694.651	7.728.716
Provisões técnicas - previdência complementar (iii).....	451.963	4.379.763	4.831.276	508.214	4.457.677	4.965.891
Planos não bloqueados.....	17.293	76.434	148.727	3.631	87.591	91.222
PGBL.....	379.670	4.303.329	4.682.999	504.583	4.370.086	4.874.669
Outros - passivos não circulantes.....	34.220	-	34.220	38.818	-	38.818
Total do patrimônio líquido.....	338.130	-	338.130	373.528	-	373.528

Demonstração do Fluxo de Caixa Lucro líquido do exercício	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2015	Reclassificações	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2015
Ajustes para:	66.519	-	66.519
Depreciações e amortizações.....	10	-	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(2.270)	-	(2.270)
Varição nas contas patrimoniais:	179.612	(410)	179.612
Ativos financeiros - previdência complementar (i).....	410	(410)	-
Créditos das operações de previdência complementar (i).....	(10.407)	-	(10.407)
Ativos de Resseguro (i).....	20	410	430
Depósitos judiciais e fiscais.....	15.200	-	15.200
Despesas antecipadas.....	7	-	7
Custos de aquisição diferidos.....	14.601	-	14.601
Outros ativos.....	103	-	103
Impostos e contribuições (ii) (v).....	(2.593)	49.721	47.128
Outras contas a pagar (iv).....	19.231	(15.798)	3.433
Débitos de operações com previdência complementar.....	(8)	-	(8)
Depósitos de terceiros.....	(867)	-	(867)
Provisões técnicas - seguros.....	(402.498)	-	(402.498)
Provisões técnicas - previdência complementar.....	137.478	-	137.478
Provisões judiciais.....	4.594	-	4.594
Caixa consumido pelas operações.....	(45.108)	33.923	(11.185)
Imposto de renda sobre o lucro pago (v).....	-	(29.298)	(29.298)
Contribuição social sobre o lucro pago (v).....	-	(20.423)	(20.423)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	19.151	(15.798)	3.353
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento:			
Atividades de financiamento.....	-	-	-
Pagamento de dividendos (iv).....	(15.798)	(15.798)	(31.596)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento.....	(15.798)	(15.798)	-
Redução/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	3.353	-	3.353
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	5.670	-	5.670
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	9.023	-	9.023
Redução/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	3.353	-	3.353

A reapresentação não produziu quaisquer efeitos nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido apresentado em 31 de dezembro de 2015.

c. Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação a valor justo dos ativos financeiros classificados nas categorias disponível para venda e avaliados ao valor justo através do resultado.

d. Uso de estimativas
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e, alterações observadas, serão reconhecidas no período observado e futuros. As notas explicativas: 2c - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 12 e 13 - Provisões técnicas e 14 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

2.2. Resumo das principais políticas contábeis

a. Apuração do resultado
As contribuições de previdência privada (PGBL e Tradicional) e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. Os prêmios de co-seguros aceitos são apropriados aos resultados quando da emissão do prêmio de seguro e diferidos para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos.

b. Moeda funcional
As demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Classificação dos contratos de seguros
Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incorrendo em custo e adendo ao segurado, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferir risco de seguro.

d. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)
São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo, e que não estejam vinculados em garantias das provisões técnicas.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece os ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme são incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Um ativo financeiro é classificado como mantidos até o vencimento quando a Administração tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda
Os investimentos em títulos são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes, apresentados após as demonstrações de resultados. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Determinação do valor justo
O valor justo aplicado em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e o contato o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(ii) Instrumentos financeiros
A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOVESPA. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As valorizações dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

f. Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com previdência complementar", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Ativos de resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relativos às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações para com os segurados. As operações de resseguros são efetuadas com resseguradores locais. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos serão ajustados ao seu valor recuperável, conforme determinado na Circular Susep nº 517/2015.

h. Custos de aquisição diferidos
Os custos de aquisição diferidos e as despesas com agenciamento de previdência complementar relativas aos planos de PGBL e VGBL são amortizados num período de 60 meses, fundamentados no tempo de permanência do participante na carteira da Companhia.

i. Redução do valor recuperável (impairment)
Ativos financeiros
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado anualmente, para apurar a probabilidade de perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

j. Provisões técnicas
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e com base nas notas técnicas atuariais, as quais estão à disposição da SUSEP. A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) dos planos de previdência complementar (PGBL), dos planos de previdência complementar tradicional e de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) representa o montante dos prêmios ou contribuições aportados pelos participantes ou segurados, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento, enquanto não ocorreu o evento gerador do benefício, sendo calculadas pelo regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBc) é constituída para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos com os participantes após a ocorrência do evento gerador do benefício, sendo calculada atuarialmente com base na garantia, tábua de mortalidade e taxa de juros contratada. Abrange apenas as rendas a vencer, e é constituída para a cobertura de benefícios decorrentes de planos ou produtos estruturados no regime financeiro de capitalização ou no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pró-rata" dia, tomando-se por base as datas de início e fim da vigência dos riscos e respectivas contribuições comerciais do mês e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguro.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base em estimativas de indenizações, para os eventos ocorridos e devidamente notificados pelos segurados e/ou beneficiários corrigidos monetariamente até a data do balanço. Inclui ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir da análise jurídica para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. Contempla também os valores relativos a rendas vendidas e não pagas constantes da PMBC, que são baixadas desta e incluídas na PSL.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates, às restituições, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data base do balanço. É calculada de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP nº 521/2015), utilizando o percentual informado na referida legislação para operações de seguro e previdência.

A provisão de excedente financeiro (PEF) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros para os produtos em que haja sua previsão contratual, definida em Nota Técnica Atuária e em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP nº 521/2015).

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é calculada de forma a refletir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas diretamente ligadas a sinistros ou benefícios, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP nº 521/2015).

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

k. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Coberturas de Risco.....	AT49	6%	30%
Coberturas de Risco.....	CS78	5%	15% a 30%
Coberturas de Risco.....	OS08	3% a 5%	15% a 30%
Individual.....	AT2000	0% a 4%	0% a 10%
Individual.....	AT49	6%	0% a 10%
Individual.....	AT83	2,8% a 6%	0% a 4%
Individual.....	BR-EMS	0%	0% a 2%
Coletivo.....	AT2000AT49/AT83	0% a 6%	0% a 10%
Coletivo.....	BR-EMS	0% a 4%	0% a 10%

l. Teste de adequação de passivos (TAP)
A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado comercialmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcováveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco disponibilizada pela ANBIMA. As provisões técnicas de contratos de seguro de vida com cobertura de sobrevivência e danos, a Companhia opera somente com seguros de pessoas e, consequentemente, o cálculo foi realizado considerando os termos que a Companhia opera de maneira conjunta, e não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

Para os produtos de previdência complementar abertos os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerado em conjunto pela Administração.

Baseado nas estimativas e premissas determinadas pela Circular SUSEP nº 517/2015 para definição dos fluxos utilizados no teste de adequação dos passivos, não foi identificada insuficiência das provisões avaliadas após as compensações previstas na legislação vigente.

m. Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes
São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

Passivos contingentes
As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação dos tribunais e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como possíveis de perda não são reconhecidos contabilmente, sendo apurados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

Obrigações legais
As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constituição condicional, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos Fundos Investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos dos títulos mantidos até o vencimento. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienações de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

o. Imposto de renda e contribuição social
Impostos sobre o lucro compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), corrente e diferido, os quais são reconhecidos no resultado. Os tributos relativos a períodos correntes e anteriores deverão, na medida em que não sejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor pago com relação aos períodos atual e anterior exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso será reconhecido como um ativo.

O IRPJ foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a CSLL foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda ajustado na forma da legislação.

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que provável que haverá lucro tributável para futuras compensações. Para os ativos considerava-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

O efeito de imposto diferido decorrente do registro de impostos diferidos pela alíquota de CSLL de 15% está demonstrado em linha específica no item 16.1.

Os impostos ativos/passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais/circulantes contra os passivos fiscais/circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e está permitida a liquidação dos saldos em uma base líquida.

p. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria
Plano de contribuição definida
A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Esses planos de previdência, permitem acumular recursos financeiros na medida em que o participante participa mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela patrocinadora, sendo os recursos investidos em Fundos de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais desses planos estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Esses planos são administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário. As contribuições da Companhia de 5% do salário, acrescidas do percentual destinado à coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

(iii) Outras obrigações pós-emprego
Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo
Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

q. Participação no resultado
A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pela Administração do Grupo Bradesco Seguros.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma retroativa.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (CPC 48)
A IFRS 9 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em e após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações contábeis da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (CPC 47)
A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Contratos de Construção (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma não tem alcance sobre os contratos de seguros.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em e após 1º de janeiro de 2018.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução
A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos

31/12/2015		Mercadoria	Prazo de realização	Valor de Compra	Valor de Venda
Fundo de investimento					
BRAD FI RF Master 100	D11		Acima de 5 anos	102.814	(135.388)
BRAD FI RF Master 100	D11		De 0 a 12 meses	237.687	(3.168)
BRAD FI RF Master 100	D11		De 1 a 5 anos	340.501	(170.295)
			Subtotal	681.002	(308.821)
BRAD FI RF Master Ativo	D11		Acima de 5 anos	-	(633.311)
BRAD FI RF Master Ativo	D11		De 0 a 12 meses	347.110	-
BRAD FI RF Master Ativo	D11		De 1 a 5 anos	-	(1.529.303)
			Subtotal	347.110	(2.162.614)
BRAD FI RF Master Inflação	D11		Acima de 5 anos	29.499	(20.494)
BRAD FI RF Master Inflação	D11		De 0 a 12 meses	29.499	(20.494)
			Subtotal	58.998	(40.988)
BRAD H FI RF PGBL Conservador	D11		Acima de 5 anos	21.822	(34.830)
BRAD H FI RF PGBL Conservador	D11		De 0 a 12 meses	21.822	(1.584)
BRAD H FI RF PGBL Conservador	D11		De 1 a 5 anos	-	(77.323)
			Subtotal	43.644	(113.737)
BRAD H FI RF PGBL/VGBL Classic	D11		Acima de 5 anos	8.970	(12.802)
BRAD H FI RF PGBL/VGBL Classic	D11		De 0 a 12 meses	8.970	(373)
BRAD H FI RF PGBL/VGBL Classic	D11		De 1 a 5 anos	-	(34.012)
			Subtotal	17.940	(47.187)
BRAD H FI RF PGBL/VGBL Empresarial Conservador	D11		Acima de 5 anos	1.121	(1.695)
BRAD H FI RF PGBL/VGBL Empresarial Conservador	D11		De 0 a 12 meses	1.121	-
BRAD H FI RF PGBL/VGBL Empresarial Conservador	D11		De 1 a 5 anos	-	(4.003)
			Subtotal	2.242	(5.698)
BRAD H FI RF PGBL/VGBL Future	D11		Acima de 5 anos	61.067	(95.487)
BRAD H FI RF PGBL/VGBL Future	D11		De 0 a 12 meses	61.067	(4.007)
BRAD H FI RF PGBL/VGBL Future	D11		De 1 a 5 anos	-	(217.750)
			Subtotal	122.134	(317.244)
BRAD H FI RF VGBL Conservador	D11		Acima de 5 anos	53.218	(75.854)
BRAD H FI RF VGBL Conservador	D11		De 0 a 12 meses	53.218	(10.720)
BRAD H FI RF VGBL Conservador	D11		De 1 a 5 anos	-	(159.237)
			Subtotal	106.436	(244.811)
BRAD H FIM PGBL Agressivo	D11		Acima de 5 anos	6.641	(14.959)
BRAD H FIM PGBL Agressivo	D11		De 0 a 12 meses	6.641	(932)
BRAD H FIM PGBL Agressivo	D11		De 1 a 5 anos	-	(38.110)
			Subtotal	13.282	(54.001)
BRAD H FIM PGBL Moderado II	D11		Acima de 5 anos	11.472	(17.140)
BRAD H FIM PGBL Moderado II	D11		De 0 a 12 meses	11.472	(1.025)
BRAD H FIM PGBL Moderado II	D11		De 1 a 5 anos	-	(45.018)
			Subtotal	22.944	(63.183)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Empresarial Moderado	D11		Acima de 5 anos	259	(515)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Empresarial Moderado	D11		De 0 a 12 meses	259	(1.409)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Empresarial Moderado	D11		De 1 a 5 anos	-	(1.924)
			Subtotal	518	(3.848)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Future Composto I	D11		Acima de 5 anos	5.779	(12.093)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Future Composto I	D11		De 0 a 12 meses	5.779	(1.025)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Future Composto I	D11		De 1 a 5 anos	-	(24.178)
			Subtotal	11.558	(37.296)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Future Composto II	D11		Acima de 5 anos	3.450	(5.590)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Future Composto II	D11		De 0 a 12 meses	3.450	(373)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Future Composto II	D11		De 1 a 5 anos	-	(18.547)
			Subtotal	6.900	(24.510)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Future Composto III	D11		Acima de 5 anos	1.035	(1.551)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Future Composto III	D11		De 0 a 12 meses	1.035	(186)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Future Composto III	D11		De 1 a 5 anos	-	(4.289)
			Subtotal	2.070	(6.026)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Potencial	D11		Acima de 5 anos	1.725	(3.922)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Potencial	D11		De 0 a 12 meses	1.725	(280)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Potencial	D11		De 1 a 5 anos	-	(13.072)
			Subtotal	3.450	(17.274)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Valor	D11		Acima de 5 anos	518	(1.254)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Valor	D11		De 0 a 12 meses	518	(1.866)
BRAD H FIM PGBL/VGBL Valor	D11		De 1 a 5 anos	-	(4.263)
			Subtotal	1.036	(7.383)
BRAD H FIM VGBL Agressivo	D11		Acima de 5 anos	18.113	(29.876)
BRAD H FIM VGBL Agressivo	D11		De 0 a 12 meses	18.113	(1.864)
BRAD H FIM VGBL Agressivo	D11		De 1 a 5 anos	-	(79.796)
			Subtotal	36.226	(111.526)
BRAD H FIM VGBL Moderado	D11		Acima de 5 anos	51.148	(68.516)
BRAD H FIM VGBL Moderado	D11		De 0 a 12 meses	51.148	(10.303)
BRAD H FIM VGBL Moderado	D11		De 1 a 5 anos	-	(166.249)
			Subtotal	102.296	(245.068)
BRAD H FIM VGBL Moderado II	D11		Acima de 5 anos	10.695	(15.443)
BRAD H FIM VGBL Moderado II	D11		De 0 a 12 meses	10.695	(2.305)
BRAD H FIM VGBL Moderado II	D11		De 1 a 5 anos	-	(31.490)
			Subtotal	21.390	(49.238)
HSBC FI RF Previdenciário Classic II	D11		Acima de 5 anos	345	(481)
HSBC FI RF Previdenciário Classic II	D11		De 0 a 12 meses	345	-
HSBC FI RF Previdenciário Classic II	D11		De 1 a 5 anos	-	(1.909)
			Subtotal	690	(2.390)
Plano ACCOR de Previdência FI RF PGBL/VGBL	D11		Acima de 5 anos	8.970	(12.234)
Plano ACCOR de Previdência FI RF PGBL/VGBL	D11		De 0 a 12 meses	8.970	(466)
Plano ACCOR de Previdência FI RF PGBL/VGBL	D11		De 1 a 5 anos	-	(33.729)
			Subtotal	17.940	(46.429)
Total				993.458	(3.885.374)

D11 - Contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia. O Resultado do exercício foi de R\$ (87.683) (R\$ 45.321 em dezembro de 2015) e, o valor a pagar foi de R\$ (303) (R\$ 9.368 a receber em dezembro de 2015).

31/12/2016		31/12/2015	
5. Títulos e créditos a receber			
Resgates de títulos de capitalização a receber	1.664	2.017	
Taxa de administração de gestão de fundos	17.064	13.324	
Adiantamento a funcionários	32	95	
Outros títulos e créditos a receber	4	1	
Total	19.201	15.437	
Curto Prazo	19.201	15.437	
6. Créditos tributários e previdenciários			
Imposto de renda	28.717	27.959	
Créditos tributários de diferenças temporárias	40	1.117	
Outros	28.757	29.122	
Total	57.514	58.198	
Curto prazo	11.313	11.625	
Longo prazo	46.201	46.573	
7. Depósitos de terceiros			
a. Composição			
Valores a reclassificar - previdência	75.843	677	
Total	75.843	677	
b. Tempo de permanência			
de 1 a 30 dias	75.843	677	
Total	75.843	677	
8. Transações com partes relacionadas			

31/12/2016		31/12/2015	
Os principais saldos na data do balanço, bem como as receitas (despesas) dos períodos, estão apresentados a seguir:			
Ativo	1.340.401	Despesas	(1.065)
Disponível	524	Despesas administrativas	(882)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	524	Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(882)
Aplicações - Operações Compromissadas	1.339.877	Custo de aquisição/comissão	(89)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	1.339.877	Kirton Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada)	(89)
Passivo	12.981	Despesas com alugueis	(94)
Dividendos a pagar	12.981	Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(94)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	8.661	Total (Receita - Despesa)	(1.065)
Kirton Seguros S.A. (empresa coligada)	4.319		
Kirton Capitalização S.A. (empresa ligada)	1		
Total (Ativo - Passivo)	1.327.420		

Sinistros brutos de resseguro		Ano do aviso do sinistro										
Ano de ocorrência	Até 2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante de sinistros avisados												
No ano do aviso	84.712	33.091	32.847	16.143	10.565	7.709	6.998	2.607	3.752	3.055	2.499	-
Um ano após o aviso	91.066	32.211	32.161	16.562	8.952	7.290	6.922	3.596	3.973	2.811	-	-
Dois anos após o aviso	93.929	33.793	32.781	16.973	8.957	7.752	6.591	3.436	4.406	-	-	-
Tres anos após o aviso	95.252	33.221	32.781	16.645	9.113	7.795	6.380	4.272	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	95.966	34.139	33.613	16.667	8.974	8.479	7.241	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	97.191	33.702	33.973	16.744	8.963	8.066	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	96.705	34.045	33.658	16.316	8.920	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	96.995	34.565	34.020	16.467	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	97.026	35.075	35.156	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	97.722	36.778	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	100.825	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros em 31 de dezembro de 2016	100.825	36.778	35.156	16.467	8.920	8.066	7.241	4.272	4.406	2.811	2.499	227.441
Montante pago	(99.578)	(34.525)	(34.499)	(16.282)	(8.831)	(7.909)	(5.034)	(3.321)	(3.338)	(2.319)	(2.436)	(218.072)
Posição de sinistros em 31 de dezembro de 2016	1.247	2.253	657	185	89	157	2.207	951	1.068	492	63	9.369

Desenvolvimento da provisão de sinistros judiciais		PSL	Resseguro
Saldo em 1º de janeiro de 2016		7.982	1.044
(-) Total Pago no Período		(6.016)	-
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período		(5.876)	-
Quantidade de ações pagas		70	-
(+) Novas constituições referentes a citações do exercício		9	-
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período		9	-
(+) Constituições referentes citações de períodos anteriores		448	847
(-) Baixa da provisão por êxito		(1.212)	-
(+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade		766	-
(-) Alteração da provisão por Atualização Monetária e Juros		7.331	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		9.369	1.891

Provisões judiciais		Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016		37.646	536	38.196	38.196
Constituições		401	124	136.197	177.322
Reversões / Pagamentos	(14)	(89.188)	(483)	(89.685)	(90.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		84.531	177	84.708	169.416
Saldo em 1º de janeiro de 2015		8.878	23.545	1.279	33.702
Constituições		47.642	1.542	49.184	50.268
Reversões / Pagamentos	(9.174)	(33.441)	(2.285)	(44.900)	(57.399)
Atualização monetária	310	-	-	310	620
Saldo em 31 de dezembro de 2015		37.646	536	38.196	38.196

Causas judiciais avaliadas como possíveis e não provisionadas		Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016		37.646	536	38.196	38.196
Constituições		401	124	136.197	177.322
Reversões / Pagamentos	(14)	(89.188)	(483)	(89.685)	(90.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		84.531	177	84.708	169.416
Saldo em 1º de janeiro de 2015		8.878	23.545	1.279	33.702

f. Despesas administrativas		
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal próprio.....	(69.692)	(46.041)
Ordenados.....	(5.053)	(5.505)
INSS/FGTS.....	(2.841)	(2.970)
Planos de previdência privada (Nota Explicativa 17a).....	(138)	(114)
13º Salário e férias.....	(2.413)	(1.374)
Programa de alimentação ao trabalhador.....	(1.642)	(1.455)
Despesas com vale-transporte.....	(76)	(83)
Indenizações trabalhistas.....	(56.476)	(29.793)
Outras.....	(1.053)	(4.747)
Serviços de terceiros.....	(2.194)	(2.484)
Localização e funcionamento.....	(734)	(958)
Donativos e contribuições.....	(1.247)	(1.047)
Publicações.....	(175)	(143)
Publicidade e propaganda.....	(25)	(64)
Rescaldo de despesas intercompanhias (*).....	(3.310)	(11.254)
Outras.....	(459)	(231)
Total	(77.836)	(62.222)

(*) Até 30 de junho de 2016 a Companhia possuía contrato de ressarcimento de despesas intercompanhias firmado entre as empresas do antigo Controlado HSBC, e a partir de julho de 2016, com a assunção dos novos acionistas, o contrato deixou de existir e as despesas passaram a ser reconhecidas individualmente nas Companhias.

g. Despesas com tributos		
	31/12/2016	31/12/2015
PIS.....	(1.556)	(1.281)
COFINS.....	(9.572)	(7.877)
Taxa de fiscalização.....	(3.904)	(3.099)
ISS.....	(3.115)	(3.213)
Outras.....	(109)	(138)
Total	(18.256)	(15.598)

h. Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de renda fixa.....	109.917	121.345
Fundos de investimentos.....	1.676.864	1.222.369
Depósitos judiciais e fiscais.....	1.477	1.076
Outras.....	557	382
Subtotal	1.788.815	1.345.172
Despesas financeiras		
Atualização monetária das provisões técnicas de seguros.....	(363)	(512)
Atualização das provisões técnicas de VGBL.....	(1.062.665)	(780.485)
Atualização monetária das provisões técnicas de previdência.....	(675.365)	(512.968)
Com títulos de renda fixa.....	(9.195)	(71)
Com títulos de renda variável.....	(528)	(722)
Atualização monetária de outros passivos.....	(3.106)	(938)
Taxa de administração de fundos.....	(811)	(620)
Outras.....	(864)	(59)
Subtotal	(1.752.697)	(1.296.435)
Total	36.118	48.737

i. Imposto de renda e contribuição social		
i. Encargos devidos sobre as operações do exercício		
	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro).....	102.453	113.104
Imposto de renda e contribuição social.....	(46.682)	(47.695)
Exclusões/(adições) permanentes.....	(682)	(451)
Contribuições e doações.....	(569)	(369)
Outras.....	(113)	(82)
Outros ajustes	(1.014)	1.561
Incentivos fiscais e adicional de imposto de renda.....	1.088	964
Efêlito tributário - aumento da alíquota da CSLL - diferido.....	(2.249)	486
Outros.....	147	111
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	(47.800)	(46.585)
Alíquota efetiva	46,7%	41,2%

Composição da conta de despesa com imposto de renda e contribuição social			
	31/12/2016	31/12/2015	
Impostos correntes			
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(65.782)	(48.855)	
Impostos diferidos			
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	17.982	2.270	
Total	(47.800)	(46.585)	

ii. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos			
	Saldos em 31/12/2015	Constituição/(realização)	Saldos em 31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis.....	15.536	18.711	34.247
Gratificações e participações no resultado.....	1.623	(1.022)	601
Provisão para honorários advocatícios.....	215	(131)	110
Ajuste de títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda.....	11.139	(11.139)	-
Outros.....	96	424	520
Total dos créditos tributários ativos - sobre diferenças temporárias	28.635	6.843	35.478
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Ajuste de títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda.....	(676)	(6.085)	(6.761)
Total dos créditos tributários passivos	(676)	(6.085)	(6.761)
Créditos tributários líquidos	27.959	758	28.717

iii. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias			
Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017.....	11.089	6.945	18.034
2018.....	5.291	3.264	8.555
2019.....	2.676	1.652	4.328
2020 em diante.....	2.008	1.240	3.248
2021 em diante.....	806	507	1.313
Total	21.870	13.608	35.478

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada é de R\$ 33.998 (R\$ 16.941 em 31 de dezembro de 2015).

17. Outras informações			
a. Plano de aposentadoria complementar			
A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização. As contribuições totalizaram R\$ 138 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2015).			
b. Relatório de Comitê de Auditoria			
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador) em 08 de fevereiro de 2017, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.			

Diretoria'			
Jorge Pohlmann Nasser Diretor-Geral	Ivan Luiz Gontijo Júnior Diretor-Gerente	Jair de Almeida Lacerda Júnior Diretor-Gerente	Jair de Almeida Lacerda Júnior Atuário - MIBA N°809
Marco Antonio Gonçalves Diretor-Gerente	Alexandre Nogueira da Silva Diretor	Eugênio Liberatori Velasques Diretor	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa Diretor
			Eduardo Duarte da Silva Contador CRC 1PR 057518/O-8 (S)SP

(*) Ressalta-se que, até 30 de junho de 2016, o HSBC Latin America Holdings (UK) limited era acionista controlador do HSBC Bank e de suas controladas, sendo responsável por todos os atos e informações, antes do fechamento da venda das ações de emissão do HSBC Brasil para seus atuais controladores, 1º de julho de 2016. Os atuais controladores e novos administradores da Companhia, foram nomeados em 1º de julho de 2016, após renúncia dos antigos diretores.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Aos Administradores e Acionistas da Kirton Vida e Previdência S.A. São Paulo - SP	
Opinião	
Examinamos as demonstrações contábeis da Kirton Vida e Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.	
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kirton Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.	
Base para opinião	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior	
O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação descritos na nota 2.1b, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 26 de fevereiro de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota 2.1b nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em nossa opinião tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.	
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor	
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.	
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.	
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.	
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis	
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como	

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de fevereiro de 2017

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES	
Aos Administradores e Acionistas da Kirton Vida e Previdência S.A. São Paulo - SP	
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Kirton Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.	
Responsabilidade da Administração	
A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Responsabilidade dos atuários independentes	
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.	
Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.	
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nesses avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Kirton Vida e Previdência S.A.	
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.	
Opinião	
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Kirton Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.	
Outros assuntos	
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.	
São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.	

Anexo I	
Kirton Vida e Previdência S.A. (Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2016
Total de provisões técnicas	13.872.139
Total de provisões técnicas auditadas	13.872.139
Total de ativos de resseguro	2.019
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura	
das provisões técnicas	31/12/2016
Provisões Técnicas (a)	13.872.139
Valores redutores (b).....	13.209.718
Total a ser coberto (a-b)	662.421
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2016
Capital Base (a).....	15.000
Capital de Risco (CR) (b).....	207.316
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	207.316
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2016
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a).....	366.205
Exigência de Capital (CMR) (b).....	207.316
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	158.889
Ativos Garantidores (d).....	1.130.780
Total a ser Coberto (e)	662.421
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	468.359
Ativos Líquidos (g).....	468.359
Capital de Risco (CR) (h).....	207.316
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	226%

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
	31/12/2016
0936, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0990, 0991, 0993, 1336, 1369, 1377, 1380, 1381, 1390, 1391, 1597.....	10.000